

PODER

Brasil reage e suspende a credencial de americano

Governo adota reciprocidade após EUA mandarem delegado brasileiro deixar o país

» VINICIUS DORIA

O diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, confirmou, ontem, a retirada das credenciais de um agente do Serviço de Imigração dos Estados Unidos (ICE) que atuava junto à corporação brasileira, em Brasília. A medida segue o princípio da reciprocidade que rege as relações internacionais, após a Casa Branca “solicitar”, na terça-feira, a saída do país do delegado federal Marcelo Ivo de Carvalho, que trabalhava em colaboração com o ICE.

Segundo Rodrigues, a autorização para atuar no Brasil ficará suspensa até que o governo dos EUA esclareça a real situação do policial federal brasileiro, que já retornou ao Brasil. Sem as credenciais, o agente de imigração dos Estados Unidos (que não teve o nome divulgado) perde o acesso a instalações e bancos de dados no Brasil. A decisão foi informada a diplomatas da embaixada dos Estados Unidos, em reunião no Itamaraty, na terça-feira.

“À medida que uma agência tira as credenciais do meu policial (delegado Carvalho), eu retiro as credenciais do policial norte-americano que está aqui, e faço com muito pesar”, declarou Rodrigues, em entrevista à GloboNews. Ele garantiu que não houve a expulsão “de nenhum brasileiro no exterior”. “Ao chegar ao trabalho, ele teve a credencial de acesso ao sistema negada. Portanto, eu entendi que seria mais prudente (o delegado) voltar ao Brasil”, disse o chefe da PF.

A aplicação do princípio da reciprocidade havia sido determinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao tomar conhecimento do problema, durante a viagem oficial à Europa. O retorno de Carvalho ao Brasil, porém, já estava previsto há dias. Na sexta-feira da semana passada, Rodrigues assinou ato de nomeação da delegada Tatiana Torres para ocupar a função de oficial de ligação no ICE, no lugar de Carvalho. O delegado federal atuava havia dois anos nos Estados Unidos com base em protocolos e acordos de colaboração entre os órgãos de segurança dos dois países. Nesse período, segundo Rodrigues, 49 foragidos da Justiça brasileira foram presos e 55 imigrantes em situação irregular, deportados.

O nome de Marcelo Ivo de Carvalho não foi citado na mensagem do Escritório do Hemisfério Ocidental do governo dos EUA — publicada apenas na rede social X — que acusa “um funcionário brasileiro relevante” de “manipular o sistema de imigração (dos EUA) para contornar tanto pedidos formais

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Andrei: “À medida que uma agência tira as credenciais do meu policial, retiro as credenciais do policial americano”

» Parabéns de Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) elogiou o diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, por retirar as credenciais de um servidor do departamento de imigração dos Estados Unidos que atuava em Brasília. “Andrei, parabéns pela sua posição com relação ao delegado americano, colocando a reciprocidade. Ou seja, o que eles fizeram conosco, a gente vai fazer com eles, esperando que eles estejam dispostos a voltar a conversar e as coisas voltarem à normalidade”, afirmou Lula, em vídeo publicado no X. O chefe do Executivo também anunciou a contratação de mil policiais federais, ao lado de Andrei e do ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva. Ele disse ainda que o governo está em “guerra contra o crime organizado”.

de extradição quanto prolongar caças às bruxas políticas em território dos EUA”. Na mesma mensagem, republicada em português pela embaixada dos EUA em Brasília, esse “funcionário relevante” deveria deixar o país por “solicitação” do governo de Donald Trump.

Segundo escalão

O Palácio do Planalto e o Itamaraty ainda não receberam nenhuma comunicação oficial da Casa Branca sobre o imbróglio diplomático envolvendo o delegado brasileiro. No fim da tarde de terça-feira, o diretor do Departamento de América do Norte do Ministério das Relações Exteriores, ministro Christiano Figuerôa, chamou à sede do Itamaraty a ministra-conselheira da embaixada dos EUA em

Brasília, Kimberly Kelly, que ocupa interinamente a chefia da representação diplomática para prestar esclarecimentos sobre o caso.

O encarregado de negócios, Gabriel Escobar, que responde pelo comando da embaixada na ausência de um embaixador nomeado, está de férias. O principal cargo da representação diplomática está vago desde que Trump assumiu a Presidência dos Estados Unidos — um dos sinais do esfriamento das relações entre os dois países.

A reunião com Kimberly Kelly, no nível de segundo escalão da diplomacia, pouco acrescentou às informações que o Planalto dispunha. A embaixada não esclareceu a situação do delegado brasileiro nem os motivos reais que motivaram o governo dos EUA a pedir a saída dele do país, apenas

confirmou a “comunicação verbal” ao PF “sobre a interrupção imediata de exercício de suas funções oficiais em território norte-americano”, de acordo com nota oficial do Itamaraty, divulgada no início da noite de ontem.

Como resposta, o Itamaraty comunicou à diplomata, também verbalmente, que o governo brasileiro aplicaria o princípio da reciprocidade “diante da decisão sumária contra o agente da Polícia Federal, que não foi precedida de qualquer pedido de esclarecimento ou tentativa de diálogo”, como prevê um dos memorandos de entendimento bilateral que regula esse tipo de cooperação policial.

Na avaliação de autoridades brasileiras, a solicitação para que o delegado brasileiro deixasse os Estados Unidos foi consequência da prisão do ex-diretor-geral da Agência Brasileira de Informações (Abin) e deputado federal cassado Alexandre Ramagem, na semana passada, por agentes do ICE, na Flórida. Após articulações de bolsoneiros que vivem nos Estados Unidos junto a autoridades do governo Trump, Ramagem foi solto depois de ficar dois dias detido, sem pagamento de fiança. Condenado na trama golpista, ele aguarda, agora, uma decisão sobre o pedido de asilo político que fez ao governo dos EUA após fugir do Brasil, em setembro do ano passado.

“Democracia é experiência de vida”

» IAGO MAC CORD

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), fez uma defesa enfática da democracia, durante aula magna que celebrou os 64 anos da Universidade de Brasília (UnB).

“A democracia é uma experiência de vida que a gente leva a efeito no dia a dia e nem sempre percebe. Ela faz parte da cesta básica dos direitos fundamentais que nós precisamos ter para ter as nossas liberdades”, exaltou.

Ela enfatizou que tanto a vida quanto o sistema democrático compartilham uma natureza de fragilidade, exigindo uma vigilância constante.

Para contextualizar a importância das liberdades civis, Cármen Lúcia recorreu a relatos pessoais do período da ditadura militar. Ela descreveu a sensação de realizar uma prova de direito constitucional em abril de 1977, sob o peso do fechamento do Congresso Nacional, uma lembrança que descreveu como uma “memória física” do medo e da mordacão institucional.

Contudo, a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) alertou que, embora as censuras

Reprodução/UnBTV



Cármen: democracia “faz parte da cesta básica dos direitos fundamentais”

estatais do passado tenham sido superadas, os tempos atuais apresentam ameaças inéditas e mais sutis.

“O que fazer e como lidar com as tecnologias que estão colocando chips na nossa imaginação, de tal maneira que nós mesmos renunciemos ou abrimos mão, sem perceber, das nossas liberdades? (...) Somos capazes de ficar horas na frente dessas telinhas e não

escutamos qual é a mágoa ou a dor daquele com quem convivemos no dia a dia”, lamentou a magistrada.

A ministra abordou também o histórico de exclusão no acesso ao saber, lembrando que o conhecimento foi, por séculos, um instrumento de poder negado às mulheres e às classes desfavorecidas. Ela celebrou o sistema de cotas como um avanço necessário para a pluralidade.

Julgamento suspenso

O ministro André Mendonça pediu vista e interrompeu o julgamento no STF que analisa o caso do deputado cassado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) por difamação contra a deputada Tabata Amaral (PSB-SP). O pedido ocorreu após o ministro Cristiano Zanin acompanhar o relator, Alexandre de Moraes, formando placar de 4 x 0 pela condenação.

Para os ministros, o filho de Jair Bolsonaro (PL) cometeu o crime ao publicar conteúdo falso nas redes sociais sobre uma proposta elaborada por Tabata para distribuição gratuita de absorventes em espaços públicos.

No voto, Moraes fixou pena de um ano de detenção para Eduardo, em regime inicial aberto, e 39 dias-multa, cada um equivalente a dois salários mínimos, ou seja, cerca de R\$ 126,4 mil nos valores atuais.

O caso está sendo analisado pelo plenário virtual da Corte desde sexta-feira. Com o voto de Zanin, o placar está em 4 votos a 0 pela condenação do ex-deputado. Acompanharam o relator, Zanin, Cármen Lúcia e Flávio Dino. Restam ainda os votos de outros seis ministros empessados.

Investir em cultura é investir em futuros possíveis: o Sesc Cultural como projeto para todos



Valcides de Araújo Silva
Diretor Regional do Sesc-DF

Algumas das cidades mais importantes do mundo têm na cultura e na educação seu principal motor de crescimento social e econômico. Uma educação que valoriza, difunde e preserva a cultura, atua para a formação de uma sociedade que se reconhece enquanto povo. Uma cultura que valoriza a educação, é agente de construção do pensamento crítico, tornando-se vetor de evolução, transformação e inclusão social. E essa também é a essência do Sesc-DF.

Nossa gestão alcançou números inéditos nas ações desenvolvidas pela instituição. Na educação, com uma proposta que alia inovação tecnológica a uma formação humanista, aumentamos em 42% o número de estudantes matriculados na Rede EduSesc. Na cultura, respondemos por 70% da produção cultural do DF.

No entanto, até recentemente, não contávamos com um espaço que unisse educação e cultura. Essa lacuna sempre me incomodou. Transformei, então, esse incômodo em propósito. E o propósito em um sonho que começou a ganhar forma em novembro de 2025.

Ao lado do presidente da Fecomércio-DF, José Aparecido, demos um passo significativo para a história do Sesc-DF e do Distrito Federal. Realizamos a pré-inauguração do Centro Cultural Sesc-DF, localizado na 511 Norte. O espaço foi idealizado para fazer com que a cultura, por meio da educação – enquanto um processo contínuo de formação, ensino e aprendizagem, esteja ao alcance de todos. Afinal, ela é um direito fundamental garantido em tratados internacionais e na nossa Constituição Federal, como um dos pilares da cidadania.

A conclusão do Sesc Cultural está prevista para 2028, mas o espaço já funciona como palco de intensa programação cultural. Na inauguração, por exemplo, foram realizados shows e mostras gratuitas. Recentemente, como parte dessa ideia, recebemos itinerâncias da 36ª Bienal de São Paulo e da participação brasileira na 19ª Mostra Internacional de Arquitetura - La Biennale di Venezia, com visita gratuita no Museu Nacional da República.

Como projeto de construção da proposta de trabalho do Sesc Cultural, reuniremos de 22 a 25 de abril pensadores e pesquisadores de diversas partes do mundo no Seminário Internacional “Cultura pra Quê? - Centros de arte, decolonialidade e futuros possíveis”. O evento, gratuito, discutirá o papel das instituições culturais diante dos desafios contemporâneos, como meio ambiente, desigualdade, memória, território e novas formas de organização social.

Com essas iniciativas, mostramos ainda que a cultura aliada à educação desempenha papel estratégico na geração de emprego e renda. Ao fomentar cadeias produtivas, contribui para o enfrentamento das desigualdades e se torna instrumento de promoção da justiça social. É também por meio dela que reconhecemos nossa história, nossos valores e nossa identidade enquanto cidadãos e sociedade.

Investir em cultura, portanto, é investir no acesso a direitos, na promoção do respeito e na ampliação das oportunidades de participação social. É investir no futuro. Este futuro que é responsabilidade de todos nós e cuja construção começa agora, no presente. E o Sesc Cultural nasce com esse compromisso.